



PODER

Discurso patriótico em recados aos EUA

Presidente Lula afirma que, por respeito aos trabalhadores brasileiros, país refutará taxações norte-americanas. Ele volta a defender o Pix, e, às vésperas da cúpula do G7, enfatiza a soberania nacional diante de pressões externas

» VANILSON OLIVEIRA

A poucos dias de embarcar para a reunião de cúpula do G7, que ocorrerá na França, entre os dias 15 e 17, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou ontem o discurso em defesa da soberania nacional e fez críticas a medidas adotadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que ameaça com novas taxas a produtos brasileiros. As declarações ocorreram durante a 7ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, o Conselho, em Brasília.

Antes do discurso, Lula apareceu ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e de ministros segurando uma placa com a inscrição "O Pix é do Brasil". Na ocasião, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, anunciou que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) reconheceu o Pix como marca de grande renome (leia reportagem ao lado).

No discurso, ao comentar sobre a economia do país, Lula afirmou que o Brasil não deve aceitar imposições que prejudiquem os trabalhadores e cobrou um levantamento sobre a realidade trabalhista dos Estados Unidos. Ele criticou as declarações do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), que sugeriu tarifas de 25% sobre os produtos nacionais. "É preciso que vocês me apresentem o estudo urgente do que ganha um trabalhador americano, porque essa última imputação de taxa que eles colocaram para nós, nós não temos o direito de aceitar por dignidade e respeito ao que nós fazemos aqui para os trabalhadores brasileiros", declarou.

O chefe do Executivo também questionou a alegação do relatório americano sobre desmatamento no Brasil. "Quero saber quais são os direitos que os trabalhadores americanos têm para vir um tal de diretor impor multa por conta do desmatamento. Será que eles não percebem que eles já tão careca? Será que não se dão conta de que nós, nos últimos três anos e meio, diminuímos o desmatamento em todos os biomas brasileiros?"

Segundo o presidente, o Brasil deve ser reconhecido pelos avanços obtidos na proteção ambiental e pelo compromisso assumido com o desenvolvimento sustentável.

Ao tratar da economia, Lula afirmou que os indicadores positivos precisam ser acompanhados pela distribuição de renda e pela ampliação das oportunidades para a

Ricardo Stuckert / PR



Antes do discurso, Lula apareceu ao lado de Alckmin e de ministros segurando uma placa em defesa do sistema de pagamentos

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Governo anunciou medidas voltadas à preservação do meio ambiente

população mais pobre. "A economia do Brasil está correta. Obviamente que eu gostaria de crescer 10%. Mas o importante não é o quanto você vai crescer. O importante é se o que vai crescer é distribuído, porque este país já cresceu 14% ao ano e não distribuiu", criticou.

Lula disse que o governo tem buscado inserir no orçamento grupos que historicamente ficaram à margem das políticas públicas. "Então o que é importante é que aos poucos a gente vai

colocando a parte mais sensível e mais pobre da população dentro do orçamento do país, levando a sério a educação, a saúde, a legalização de terras indígenas, a demarcação e os quilombolas". Hoje, ele assinará decretos garantindo terras para o grupo de mulheres quilombolas. "Com a entrega que nós vamos fazer para as mulheres quilombolas, nós estaremos entregando, em três anos e 4 meses, 48% de tudo que é terra quilombola registrada nesse país", afirmou.



Essa última imputação de taxa que eles colocaram para nós, nós não temos o direito de aceitar por dignidade e respeito ao que nós fazemos aqui para os trabalhadores brasileiros"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

De acordo com Lula, a ampliação de direitos para populações historicamente excluídas ainda provoca reações de setores que se incomodam com a democratização do acesso às políticas públicas. "Cada reserva florestal que a gente faz, cada terra indígena que a gente legaliza, cada benefício que você dá, aqueles que estavam acostumados que o país fosse só deles ficam irritados", disse.

O **Correio** conversou com uma

fonte, ligada ao presidente que informou que Lula deve embarcar para a França neste domingo à noite para participar da cúpula do G7. A mesma fonte afirmou que, até o momento, não há qualquer reunião agendada entre Lula e Trump. Segundo o relato, também não houve conversas prévias entre representantes dos dois governos para organizar um encontro, que discutiria a ameaça de novo tarifaço e a classificação das facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas.

Proteção ambiental

À tarde, em evento no Planalto, Lula anunciou medidas voltadas à conservação da biodiversidade, à recuperação dos biomas brasileiros, ao enfrentamento da mudança do clima e à promoção de investimentos para o desenvolvimento sustentável e a transformação ecológica do país.

Segundo ele, nenhum governo assinou em um único dia tantos decretos em prol do meio ambiente. Lula defendeu a preservação ambiental e o compromisso do país perante o restante do mundo. "É preciso os estados, os governos fazerem campanha em prol do meio ambiente para que ninguém

» Comércio com os americanos

O comércio entre Brasil e Estados Unidos segue em desaceleração em 2026, segundo a mais recente edição do Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Amcham Brasil. Nos cinco primeiros meses do ano, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 29,5 bilhões, queda de 14,3% em relação ao mesmo período de 2025, refletindo a retração simultânea das exportações e importações. As exportações brasileiras para os EUA totalizaram US\$ 14,0 bilhões entre janeiro e maio, recuo de 16% em relação ao mesmo período do ano passado e o menor valor para o período desde 2022. Os produtos sujeitos a sobretaxas adicionais registraram retração ainda mais intensa, de 22,6%.

queira matar um animal", pregou. O petista ressaltou, ainda, que o Brasil está se preparando para enfrentar as questões climáticas ocasionadas pelo El Niño, caso o fenômeno atinja o país. "Pela primeira vez, a gente está saindo na frente, na luta para combater as possíveis queimadas que virão, porque a perspectiva é de que o El Niño vai ser muito violento, e de que a gente pode ter mais desastres climáticos", explicou.

Foram anunciados no evento cerca de R\$ 2 bilhões que devem ser direcionados para ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na bacia do Rio Doce. Também está previsto o aporte de R\$ 834 milhões do Fundo Clima para projetos de restauração da vegetação nativa.

O representante do Reino Unido assinou contrato doando R\$ 270 milhões ao Fundo Amazônia. A Noruega é a maior doadora do fundo, já tendo contribuído com R\$ 3 bilhões. O governo também anunciou a doação de R\$ 370 milhões ao programa ARPA Comunidades, destinada ao fortalecimento das cadeias da sociobioeconomia junto a comunidades extrativistas.

Após ofensiva norte-americana, Pix ganha blindagem

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND

O Pix ganhou uma marca própria no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), anunciou o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa. A autorização foi concedida pelo Banco Central. Com isso, o nome "Pix do Brasil" será reconhecido pelo INPI como uma marca de alto renome, sendo a primeira vinculada ao governo federal nessa natureza.

"O INPI registra como marca de grande renome o 'Pix do Brasil', associado ao Banco Central, que é, na forma da Lei de Propriedade Industrial, a maior proteção que se pode dar para a marca e para

o símbolo", explicou Elias Rosa, após a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, no Palácio do Planalto.

De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, de 1996, as marcas de alto renome são aquelas conhecidas pela população e que acumulam reputação, prestígio e confiança ao longo do tempo. Por conta disso, recebem uma proteção especial prevista na legislação. O artigo 125 desta lei garante às marcas associadas a esse reconhecimento a proteção da marca em todos os ramos de atividade econômica. Isso significa que passa a ter uma proteção ampliada, independentemente da classe de produtos ou serviços para a qual foi originalmente registrada.

A iniciativa ocorre em meio à ofensiva dos Estados Unidos contra o Pix. Os norte-americanos alegam que o Banco Central privilegia o uso do pagamento instantâneo ante os cartões de crédito controlados por bandeiras dos EUA. Essa foi uma das justificativas para a Representação Comercial do país — o USTR, na sigla em inglês — sugerir uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros.

Durante a reunião do Conselho, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o Brasil não vai "abaixar a cabeça" diante dos Estados Unidos e reforçou que a defesa da soberania nacional, especialmente do Pix, está entre as prioridades do governo nas negociações sobre as novas tarifas anunciadas pela gestão Trump.

Ao comentar a relação comercial entre os dois países, Durigan destacou que o Brasil defenderá sua política econômica e seus interesses estratégicos. "O Brasil não abaixa a cabeça para ninguém, e a gente defende a nossa política econômica no mundo", frisou.

Ele ressaltou o papel do país em temas econômicos e ambientais. Citou que o Brasil ocupa posição de liderança global em áreas como combustíveis e fontes alternativas de energia e que não abrirá mão de ser tratado com respeito no cenário internacional.

Autonomia

Durante a reunião do governo, o presidente da Federação Brasileira

de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, também marcou presença e comemorou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. As entidades e políticos favoráveis à medida defendem que a autonomia do Banco Central pode fortalecer o Pix, com a inclusão do sistema de pagamentos no texto constitucional.

Sidney destacou a importância de um Banco Central "forte, técnico e independente" para enfrentar os desafios econômicos e geopolíticos do cenário atual. Ao abordar os impactos de grandes crises que marcaram as últimas décadas, como a crise financeira global de 2008, a pandemia da covid-19 e

as recentes tensões geopolíticas internacionais, ele afirmou que a capacidade de resistência das economias depende da solidez de suas instituições.

Segundo o presidente da federação, os países mais preparados para enfrentar períodos de turbulência são aqueles que conseguem construir mecanismos institucionais capazes de absorver choques e preservar a confiança da sociedade e dos mercados. Nesse contexto, destacou o papel estratégico do sistema financeiro na resposta a crises econômicas. Para ele, o setor atua como uma das primeiras linhas de defesa diante de situações adversas e precisa estar amparado por uma estrutura regulatória robusta.